

# OS “TIPOS DE RUA” E A LOUCURA NO COTIDIANO DE SÃO JOÃO DEL-REI (FINS DO SÉCULO XIX - INÍCIO DO XX)

Arthur M. S. VARGAS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo procura analisar a relação entre loucos e não-loucos em São João del-Rei entre o fim do século XIX e o começo do século XX a partir da análise da figura dos “tipos de rua”, loucos geralmente ligados ao universo do não-trabalho e de alguma forma marcantes para o cotidiano da cidade. Essas personagens, parte da paisagem urbana brasileira, se tornaram objeto de intervenção do poder-saber psiquiátrico com a ascensão de discursos e práticas alienistas no Brasil desde meados do Oitocentos. Por meio principalmente do exame de periódicos, procuramos entender como a população, dentro dela, as elites letradas locais compreendiam e lidavam com a presença desses sujeitos, em particular, e dos loucos e pobres, em geral, num contexto de normatização do espaço urbano e dos habitantes sob os conceitos de “trabalho” e “civilização”. A relação entre a cidade e seus loucos mostrava-se complexa na medida em que dela faziam parte atores leigos, não-especializados, marcada ainda por mostras de simpatia para com os tipos de rua e de agência desses sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** loucura; trabalho; normatização; São João Del-Rei.

*THE “STREET TYPES” AND THE MADNESS IN THE EVERYDAY LIFE OF SÃO  
JOÃO DEL-REI (ENDS OF 19TH CENTURY-EARLY OF XXTH CENTURY)*

**ABSTRACT:** *This article analyze the relationship between mad and non-mad people in São João del-Rei from the end of the 19th century to the early 20th, based on the figure of “street types”, madmen generally linked to the universe of non-work and somehow remarkable*

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0430-3194>. [arthurmsvargas@gmail.com](mailto:arthurmsvargas@gmail.com).

*for the daily life of the city. These characters, part of the Brazilian urban landscape, were transformed from the intervention of the psychiatric power-knowledge with the rise of alienist discourses and practices in Brazil since the mid 1800s. Mainly by means of the examination of periodicals, we tried to intend how the population and, within it, the literary elites of the places understood and dealt with the presence of these subjects, in particular, and of the crazy and the poor, in general, in a context of normalization of the urban space and of the inhabitants below. the drawings of “work” and “civilization”. The relationship between the city and its madmen proved to be complex insofar as lay, non-specialized actors were part of it, furthermore marked by shows of sympathy towards the types of street and agency of these subjects.*

**KEYWORDS:** *madness; work; normalization; São João Del-Rei.*

## Introdução

Correndo o olho pelo *Repórter*, periódico publicado em São João del-Rei entre 1905 e 1914, entre notas de falecimento de gente notória e/ou das relações dos redatores, chama a atenção um curto texto. Fala da morte de “um conhecido tipo de rua cognominado O BARBELA”, ocorrida na Santa Casa de Misericórdia. Um “preto velho, que arrastava suas misérias pelas ruas da cidade, servindo de divertimento à garotada, que o apedrejava desapiedadamente”. O redator pedia “paz à sua alma” (O REPÓRTER, 14/06/1908). Qual então a relevância de dar conta da morte de um mendigo, um miserável perseguido pela molecada sanjoanense? A chave está no fato do Barbela ser um “tipo de rua”. Categoria ampla, abarcava sujeitos vinculados à experiência do cotidiano urbano, quase sempre loucos e pobres. Mas que por esse mesmo motivo – sua ligação intrínseca ao mundo da rua, ao espaço público –, tornaram-se tema dos homens de letras locais e preocupação das autoridades sanjoanenses do final do século XIX e início do XX. Sendo parte integrante desse viver em São João, o Barbela e sua morte assumiam relevo suficiente para figurarem no *Repórter*. O que não quer dizer que houvesse acolhimento pronto e simples pela população – sujeitos, por seu estado e situação, de forma explícita ou velada, a violências várias, mesmo que gerassem certa simpatia.

Este artigo procura entender a constituição da categoria do “tipo de rua” em São João del-Rei, as características daqueles marcados com esse rótulo, a sua relação com o cotidiano da cidade, os discursos dos homens de imprensa sobre eles e o tratamento dispensado pelas autoridades. Desse modo, a análise, centrada

no final do século XIX e o início do XX sanjoanense, perpassará principalmente as considerações feitas pelos periódicos locais durante esse tempo tendo em vista uma mudança de sensibilidade em relação à pobreza e à loucura, num cenário maior de normatização da cidade sob os moldes burgueses, mas com elementos próprios. Outras fontes empregadas, além da imprensa periódica, serão trabalhos literários e memorialísticos, bem como textos oficiais.

Um primeiro ponto deve ser elencado: trata-se de um estudo que abarca discursos em sua maioria feitos por leigos. Leigos porque as imagens criadas e o trato em torno desses loucos perpassavam grupos que lidavam com essa gente fora de instituições especializadas, no cotidiano da vida da cidade, dialogando, é certo, com noções do poder-saber alienista, mas contando com as particularidades desse espaço. Assim, não-especialistas, tanto os homens de imprensa quanto as autoridades, respondiam à presença desses tipos a partir de considerações por vezes distantes do que eram a teoria e a prática médicas e psiquiátricas correntes. Nesse contexto, já se havia gestado um corpo de especialistas e criados espaços voltados para o confinamento de doentes mentais, como o Hospício Pedro II, depois Hospício Nacional de Alienados, no Rio, o Manicômio de Barbacena, em Minas, e o Juqueri, em São Paulo (MACHADO *et al.*, 1978; CUNHA, 1986; DUARTE, 1996; ENGEL, 2001). É comum (e justificável) que a bibliografia do período centre-se nesse gênero de instituições. Nesta pesquisa, seguiremos parte do projeto de Engel (2001, p. 10-11), ao privilegiar as “ideias e posturas assumidas pela população urbana diante da loucura” e a vivência cotidiana com os seus loucos. E também da parcela mais letrada dessa população, das elites locais, que, por sua própria posição, almejava ordenar a cidade, num cenário urbano do interior brasileiro em processo de normatização da vida dos habitantes.

O que legitimava as falas dos homens de imprensa sanjoanenses acerca do universo do não-trabalho era o fato de proporem um modelo ideal de cidade. O periódico era então ferramenta de debate e difusão de políticas relacionadas com o que se acreditava ser a modernidade e a civilização (GOODWIN JUNIOR, 2015). Como outros segmentos que tinham acesso à palavra escrita, atuavam como uma “cidade das letras”, pensando a *urbs*, formulando representações, problemas e soluções a fim de constituí-la sob determinada ordem (RAMA, 2015, p. 26-27). Importante notar, porém, que o discurso jornalístico, alerta Sosa (2006, p. 110), “obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e conteúdo apresentado está visceralmente ligado à seu tempo”. Portanto, “balizados pelo contexto em que foram criados”. Cabe lembrar, além disso, que a imprensa “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno

de chegar até o público” (LUCA, 2006, p. 139). Os periódicos construíam os textos que seriam publicados a partir de um critério que deveria transmitir essa mensagem de valorização de certa ordem urbana, por meio de leituras específicas, ênfases e silêncios calculados, o que deve motivo de atenção no exame das fontes.

Esses discursos, tratando dos loucos, dos pobres e da cidade não podem ser dissociados de um projeto maior de reformulação do espaço urbano e disciplinarização da conduta de seus moradores. Os homens de imprensa tomavam parte importante nesse projeto, formulando propostas e intervindo para a sua implementação, tentando assentar no público, que de alguma forma era atingido por esse discurso, a partir de concepções vigentes de cidade, de civilização, de trabalho, certas percepções que previam aos diferentes grupos de habitantes usos dos espaços que fossem consonantes com seus papéis nessa sociedade – regulamentando o território a partir de uma norma (FOURQUET; MURARD, 1978). Produziam representações<sup>2</sup> da cidade e de seus habitantes que, em última instância, criavam uma geografia da norma, de modo que certos espaços eram próprios e adequados de certas categorias. mas não outros, prevendo-se aos loucos e os miseráveis, a quem a rua se queria interdita, lugares como albergue, o manicômio, a cadeia ou o extra-muros de São João.

## Os tipos de rua na vida Sanjoanense

Categoria um tanto abrangente, o “tipo popular” ou “tipo de rua” designava toda sorte de desclassificados – loucos, bêbados, mendigos – que pelas suas idiossincrasias, por sua personalidade insólita e anedótica e cuja existência era indissociável do cotidiano da cidade, presença constante nas vias públicas. Sua existência era precária e sua tolerância condicionada por uma série de fatores. Mesmo quando não eram objeto de exclusão, sofriam vários tipos de violência, algumas não visíveis. O colaborador “Drap”, na *Opinião*, assim definia: “todas as cidades têm seus tipos de rua”. Alguns muitos conhecidos: os antigos Castro Urso, no Rio, o príncipe Obá, o padre Kelé e os modernos Profeta, Seixas e Pinheiro Chicote e “tantos mais que com suas pilherias faziam às vezes as delícias da estudantada essencialmente brejeira dos grandes centros” (A OPINIÃO, 17/03/1908). Sujeitos essencialmente ligados a uma experiência urbana com-

<sup>2</sup> Por “representação” tomo emprestado o conceito de Roger Chartier, para quem as representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as formularam, concorrendo com outros grupos na supremacia de suas próprias concepções; daí a importância de se averiguar os discursos e o meio daqueles que o fomentaram. São “[...] as formas e os motivos [...] que, à revelia dos atores sociais, traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse.” (CHARTIER, 1990, p. 16-19).

partilhada, “Drap” recordava esses tipos do Rio de Janeiro no século XIX, muito característicos na sua forma de vestir, de falar, de agir, presentes na memória popular carioca porque parte do existir do Rio daquele tempo (ENGEL, 2001).

E quem eram os tipos de rua de São João del-Rei? Uns autóctones, como o “celebrado” Barbela, o “preto velho” Cadê-Relojo e o Biti, já morto; “Outros importados”, como “o pobre” Roberto Piloto, vindo de cidade próxima; e mulheres como a Baú, a Não-come-queijo (A OPINIÃO, 14/03/1908). Em outro texto, além do Piloto, a *Opinião* cita o Sebastião, os dois “conhecidos tão antigos” dos sanjoanenses (A OPINIÃO, 14/08/1907). O *Combate*, em 1901, lamentava a morte do “popular João Pinto Alves, o velho sineiro de S. Francisco, o Coronel, como todos aqui o chamavam”, “crioulo honrado e digno de confiança”, a abrir “um claro na falange dos tipos de rua, entre os quais ele destacava-se, logo à primeira vista” (O COMBATE, 21/12/1901). Mais antiga era a “velhinha” Popota, que, como o Coronel, morava no telheiro da Igreja de São Francisco. Lembrada por “Tog”, no *Repórter*, ao falar das escolas de São João entre 1886 e 1893, era motivo de implicação dos alunos da D. Palhares (O REPÓRTER, 14/04/1912). A *Verdade*, nos anos 1910, questionava o paradeiro dos tipos locais, “que tanto gosto davam o que fazer à nossa garotada”. O Piloto. O Barbela. O Quede-Relojo. O Falei-bem-ou-falei-mal. O Luiz Bocurra. A Sá Aninha dos Cachorros (A VERDADE, 17/03/1914). Havia a Evarista, a “popular Urucubaca” (A NOTA, 19/05/1917). A Joana Arraia, “pavor da criançada sanjoanense”, vivia de esmolas, “cantando pelas ruas”. “Infeliz velhinha”, “perturbada da mente”, dizia-se que ao ver um filho ser vendido no tempo do cativo (A TRIBUNA, 24/07/1924). O “originalíssimo” Brugudum, “o mais reles meia-colher” de São João, é recordado por Lara Resende (1972, p. 104).

Se em comum tinham a implicância da molecada, cada um deles era conhecido por uma característica própria, marca de sua vesânia para os não-loucos, signo de sua identidade, inscrito no apelido e que, na posteridade, chega a substituir a memória do nome de batismo. O Coronel era assim chamado “pela sua *monomania* de ser riquíssimo e Coronel [grifos nossos]”. Botaram-lhe na cabeça que era proprietário da banha Alves, do Rio Grande do Sul “e o João Pinto convenceu-se disso e por esse fato, considerava-se rico, embora morasse no *Telheiro* da igreja de S. Francisco e vivesse de tão humilde mister” (O COMBATE, 21/12/1901). O Piloto era lembrado por “reduzir à expressão mais simples, com respostas humorísticas àqueles que tentavam troçá-lo” (A VERDADE, 17/03/1914). Quando a criançada gritava-lhe “Piloto!!”, ele respondia: “Vai para a escola estudar,/ Menino!”, o que valeu-lhe o título de “enérgico fiscal/ Do ensino”, no poema humorístico da *Opinião*. O Sebastião compunha

com o Piloto, na verve do periódico, o quadro “dos dedicados amigos/ Da instrução”. Era tipo conhecido por sua “palavração”: “Depois dele começar/ Não parava de falar/ Um momento!”. (A OPINIÃO, 14/08/1907). A Sá Aninha dos Cachorros ganhou esse apelido por ter “sempre atrás de si uma [sic] majestoso acompanhamento de cães” (A VERDADE, 17/03/1914). O Falei-bem-ou-falei-mal reproduzia no apelido seu “cacoete” famoso, batizando ainda revista local do poeta sanjoanense Modesto de Paiva, encenada em 1903 (GUERRA, 1967, p. 95). O Brugudum, bêbado de pinga, costumava “esgoelar pelas ruas: *bandalheira! Tudo neste País é bandalheira. Morra a bandalheira!*” (RESENDE, 1972, p. 104). Mostra tanto da fama assumida por alguns tipos populares, quanto da ligação de sua figura com algum elemento – um gesto, um causo, um bordão – é o fato da primeira edição da *Tribuna* inserir o clichê de um sujeito cuja “vida histórica” era “muito conhecida pelos sanjoanenses de outros tempos” pedia ao leitor que enviasse ao periódico o nome da “individualidade” retratada, sua descrição e sua vida (A TRIBUNA, 26/07/1914) (FIG. 1).

**Figura 1** – Clichê de tipo popular



**Fonte:** A TRIBUNA (26/07/1914).

Além das idiossincrasias, os tipos de rua eram conhecidos como tal pelo fato de comporem a paisagem urbana. O Barbela “arrastava suas misérias pelas ruas da cidade” (O REPÓRTER, 14/06/1908). O Totonho, “pedinte de igre-

jas, tipo excêntrico, composto à Zevaco”, “de uma imbecilidade sereníssima”, não sendo possível precisar se alguém real ou criação de Gil Pereira Coelho, o “Jacques Saint”, passava quase despercebido aos transeuntes, a “arrastar pelas ruas a tristeza safada das opas”, pedindo uma “esmola p’ras almas” (MINAS-JORNAL, 21/12/1918). Como destaca João do Rio, os tipos populares exteriorizavam “a influência psicológica da rua”, apreensíveis em sua singularidade apenas quando em relação com o local de suas andanças e façanhas. Fora desses domínios, perdiam a sua notabilidade enquanto tipos de rua (RIO, 2007). Apreensão que dissipa-se no espaço, mas também no tempo. A memória foi progressivamente desfeita conforme aqueles que os conheceram desapareciam. O sanjoanense Sebastião Cintra dedicou algumas linhas de suas *Efemérides*, publicadas na segunda metade do século XX, a falar da edição inaugural da *Tribuna*, aquela que continha a fotografia do tipo de rua e a charada sobre sua pessoa. Elenca o nome dos que figuraram nos clichês estampados na folha: autoridades do Estado, o engenheiro e o médico recém-formados. Mas cala-se quanto ao tipo popular (CINTRA, 1982). Com os anos, sua identidade fora esquecida, de modo que Cintra já não podia mais responder à pergunta do periódico: “Quem é este?” (A TRIBUNA, 26/07/1914).

Esses tipos contavam com certa liberdade de movimento, o que significava “manter certo saber e certo poder sobre si mesmos e sobre sua loucura”, dando mostras de outras formas de pensar-se e lidar-se com ela na sua relação com os não-loucos (ENGEL, 2001, p. 33). Corriam a cidade, como a Sá Aninha e sua escolta canina. Por sua vez, Raimundo de tal, encontrado morto no Buraquinho com roupas de algodão com as iniciais da Santa Casa de Misericórdia, era dela “alienado”, mas havia fugido do estabelecimento. Por “ser manso, andava solto e prestando bons serviços há mais de 35 anos” (GAZETA MINEIRA, 10/06/1891). Bebiam, como o Brugudum. Sendo parcas as informações, não sabemos onde residia a maioria deles. Alguns viviam no telheiro do São Francisco, como o Coronel e a Poponha, o que denota a sua relação com a caridade dos grupos religiosos locais, permitindo que aí morassem. A *Gazeta Mineira*, que em 1892 pedia a demolição dessa estrutura, afirmava ter ela convertido-se em “dormitório de alguns mendigos andrajosos e de uma pobre louca”, certamente a Poponha (GAZETA MINEIRA, 01/01/1892). É provável que mesmo sendo miseráveis tivessem residência, se formos pautar-nos em referências a outros mendigos e tipos sanjoanenses. Por exemplo, o mendigo Francisco Leite da Silva fora encontrado morto em sua casa na rua do Progresso (O DIA, 30/03/1912). Severiano de Resende, lembrando a São João de sua infância, fala de José Munguengue ou Zé das Almas, tipo popular muito conhecido em

meados do século XIX e que morava numa “pequena casa” na travessa da Cruz (O REPÓRTER, 04/08/1912). Chegavam mesmo a ter alguma ocupação, como o sineiro Coronel ou o Munguengue, sapateiro, mas “verdadeiro remendão” (O REPÓRTER, 04/08/1912). Como ressalta Engel, viviam “de expedientes e de atividades que, para os padrões das classes dominantes, inseriam-se no universo do não-trabalho, nas fronteiras entre a legalidade e ilegalidade” (ENGEL, 2001, p. 35).

Travavam relações com os não-loucos, em tom muitas vezes amistoso, de certo modo queridos pela população. Capazes de defender-se de alguma forma das investidas dos “sãos”, também afirmação de sua agência (ENGEL, 2001, p. 33), expressa, por exemplo, na reação contra o tumulto infantil ou na palavra afiada do Piloto aos seus gozadores. Cyro dos Anjos (1994, p. 32) já falava das “regalias que se concedem a malucos” ao lembrar daqueles que povoavam sua infância em Montes Claros nas primeiras décadas do Novecentos. Já em São João, o Coronel, por exemplo, “era muito estimado e todos tinham-lhe dó pelas maneiras afáveis” (O COMBATE, 24/12/1901). Quando tentou-se despachar o Barbela para outra localidade, puderam somente levá-lo à Estação, “constando até ter havido *empenho para que ele não fosse exportado!!!*” (A OPINIÃO, 14/03/1908). A Joana Arraia fora enterrada no cemitério da Boa Morte, aí comparando “crescido número de pessoas piedosas e membros de irmandades religiosas” (A TRIBUNA, 24/07/1924). Havia mesmo loucos que chegavam a publicar suas obras. O *Resistente*, em 1898, noticiava que Ernesto Rangel, “doente” da Santa Casa, lançara pela Tipografia Comercial o livro “O Doido Manso”, de composições rimadas, tendo o autor remetido um exemplar ao periódico. Rangel, conforme o próprio afirmava no prólogo, procurava contar a sua “triste vida”, existência que “tem sido não só o cúmulo de uma loucura horrível, como também de tudo que se chama enfermidades, infelicidades, vexames, misérias, [ilegível]” (O RESISTENTE, 03/11/1898).

Com suas singularidades a provocar o riso da população não-louca de São João, o redator da *Verdade*, ao perguntar o paradeiro dos tipos locais, lamentava a ausência de quem poderia “quebrar a monotonia quotidiana da rua...”. A dúvida quanto a sumiço desses sujeitos talvez tenha sido suscitada por um evento ocorrido dias antes e narrado na mesma edição, porque a reflexão originada é bastante parecida, já que “há muito que a população desta cidade se ressentia de um fato sensacional que viesse distrair-lhe o espírito, tão prenhe de coisas tristes”. Em 11 de Março de 1914, “um desconhecido profeta (?)” fez distribuir boletins anunciando uma pregação, palavras “ditadas pelo Criador”, constando ainda que às 20 horas surgiria um “grande clarão” no lugar escolhido para a



conferência. Curiosa, uma multidão juntou-se no Largo do Tamandaré para escutar “o *senhor profeta*”, atraída pela fogueira que ele havia acendido. Tirou do bolso uma grossa papelada que mais parecia “um discurso de Rui Barbosa”, falando sobre o “psiquismo”. Discorrendo sobre a alma, o sujeito provocou a hilaridade da “molecagem irreverente”. Em certo momento alguém estourou uma bombinha, ao que a multidão respondeu com uma estrondosa gargalhada. Na hora anunciada do clarão, mal ouvia-se o homem, tal a gritaria do público em expectativa. Com a plateia impaciente, a provocar o orador cada vez mais zangado, o sujeito foi então convidado pelo Delegado de Polícia a descer do banco que servia-lhe de púlpito, “debaixo de grande caçoada da molecagem que fez ao estranho desconhecido imponente manifestação de *simpatia*”. O “novo Messias” foi levado até sua residência no Jogo da Bola, seguido por muita gente que perguntava-lhe em tom de pilhéria sobre o clarão. O texto terminava brincando que “bem podíamos ter de vez em quando, cá pela terra, um desses *profetas* para nos distrair um pouco o espírito tão apreensivo com a *encrenca* do Ceará, e o estado de Sitio”. (A VERDADE, 17/03/1914).

Pelo seu papel de fazer rir, o tipo de rua era tolerado na comunidade, numa cidade onde havia uma ausência notória de formas diversas de diversão. Papel que distinguia-o, por exemplo, de outros loucos, cuja vesânia, expressão violenta e imoral, trazia apreensão e desconforto para a população. Vera Silva, na *Opinião*, notava que na falta de outras diversões, o costume era ir à igreja para flertar, conversar, namorar, mostrar o bem-vestir (A OPINIÃO, 13/10/1909). “Passe-Partout”, pseudônimo do Dr. Ribeiro da Silva, lamentava a falta de divertimentos em São João. Para o médico, depois de uma semana de trabalho, tudo o que a pessoa procurava era uma forma de distração na noite de sábado e no domingo. Entretanto, “a menos que não se queira ir contemplar pela décima ou vigésima vez vistas cinematográficas já insuportáveis, à força de conhecidas”, restava ao cidadão jogar a bisca com a família ou percorrer a Avenida em busca das “últimas novidades locais”. Assim, predominava o tédio, muito embora a cidade contasse com elementos suficientes para diversões agradáveis (O REPÓRTER, 08/03/1908). O lazer, criação do ideário burguês, já aparecia como complemento ao trabalho (ORTIZ, 1991). Mas, embora fosse requerido, as estruturas sociais e culturais da cidade estavam enraizadas em elementos mais antigos, incompatíveis com demandas que privilegiavam novas formas de entretenimento. O resultado era essa sensação de enfado, quebrada, em parte, pela aparição do tipo de rua. Podemos, dessa forma, nos apropriar dos comentários de Helena Morley (2017) para os loucos da sua Diamantina de fins do século XIX: “Mas também uma cidade sem doidos deve ser muito sem graça”. De sua

parte, não queria deixar de tê-los. “Cada um é mais engraçado com a sua mania” (MORLEY, 2017, p. 264). Como ressalta Engel (2001), apesar dos acessos de fúrias, das perseguições das humilhações, a convivência entre loucos e não-loucos nesse universo leigo podia ainda pautar-se em termos de compaixão, simpatia, consideração, estima, respeito, admiração.

O saber alienista, em um crescente no Brasil desde a década de 1830, levou a uma reconfiguração dessa sensibilidade em relação a loucura: patologização, transformação em doença mental, portanto passível de intervenção do médico no sentido de proporcionar a cura, o que se daria a partir do isolamento em estabelecimentos específicos. Essa virada só seria possível a partir do momento em que o louco figurasse como elemento perigoso na ordem social, situação que por esse mesmo motivo legitimava a ação do saber médico sobre a cidade e seus habitantes (MACHADO *et al.*, 1978; ENGEL, 2001). Novas concepções, difundidas por periódicos, incutiam certo medo, certo receio, uma ideia de que esses personagens tinham lugares marcados – dentro da ordem, mas longe dos outros.

### **Saberes sobre a loucura e o trato dos loucos em São João Del-Rei**

Se formos crer nas palavras dos redatores do *Minas-Jornal*, São João, num “dia de azar”, mais parecia um “pátio dos milagres”, tal a profusão de “aluados” nas ruas. O autor via na esquina uma “*detraquèe*” a fazer caretas. No Cais, a amurada que margeava a Praia, córrego a cortar a cidade, um homem esmurrava imaginários marinheiros. Um bêbado choroso recitava versos. Um “pobre-diabo farrapento”, em delírio febril, discorria sobre a viagem que faria aos Estados Unidos para casar-se com Ella Hall. Na ponte da Cadeia, um “preto” metido em uniforme de gala executava continências. Uma “mulher delirante” gritava “coisas horríveis”. Numa janela, uma “crioula lírica” esganiçava uma música. E o cidadão, aturdido com essa profusão de loucos, sentado num café para espairar as ideias, ainda tinha de ouvir de um bêbado, ancorado em Darwin e Victor Hugo: “O sr. é um cavalo!” (MINAS-JORNAL, 19/03/1919).

Na percepção leiga, no senso comum, a loucura seria manifestada pela sua visibilidade imediata: delírio, violência, descoordenação, vestuário exótico, hábitos estranhos, palavras e gestos absurdos, a diferença, enfim (CUNHA, 1986; ENGEL, 2001). As fontes nos dão alguns casos. Esse aluado que lutava contra marinheiros fantasmagóricos. O Coronel, com seus ares de grandeza. Manuel J. de Aguiar, cuja anormalidade nas “faculdades mentais” era atribuída pelo *Zuavo*, periódico de tendências católicas, a sua proximidade com o espiritismo, sendo

o “irmão” intermediado por “comunicações ‘inter-espirituais’” que mandavam-no intimar os padres locais a fecharem as igrejas, chegando mesmo a atacar o Sacrário (O ZUAVO, 16/12/1915). Todos exemplos de expressões do delírio. A Popota despejando palavrões, os tipos de rua reagindo às provocações das crianças, esse mesmo Aguiar avançando contra o padre, são, assim, manifestações dessa agressividade. Uma jovem sanjoanense, Adelaide Maria do Sacramento, além de sua “moléstia”, sofria com a pobreza. Tida como louca pelo incômodo que causava à vizinhança por seus gritos, por sua dificuldade em ser contida, a ponto de ser “presa a uma camisola de força” (O REPÓRTER, 01/12/1910). E os tipos de rua, “mentecaptos”, pelo “enorme ridículo a que se prestam”, poderiam ser enquadrados enquanto loucos exatamente por isso: reticentes às convenções sociais, assumindo a diferença, colocar-se-iam num lugar em que não poderiam ser coisa alguma além de um Outro. Dissemelhança que causava a “chacota” da gente comum, as pedradas das crianças, o desconforto das elites locais (A OPINIÃO, 14/03/1908).

Se havia esse reconhecimento da loucura a partir do senso comum, os pressupostos da psiquiatria eram parte do discurso dos periódicos quando tratavam do tema, no reconhecimento da loucura como doença, de suas manifestações e de suas causas. Podemos discernir, em primeiro lugar, o emprego de determinados termos: a “monomania” do Coronel, termo de Pinel (O COMBATE, 24/12/1901); o uso da expressão “estado de alienação”, pela *Pátria Mineira* para referir-se ao comportamento de uma mulher que atirava pedras e atentava contra a moral (PÁTRIA MINEIRA, 20/02/1890). Os grandes nomes do saber psiquiátrico eram conhecidos e referenciados. Charcot era notícia por se opor às “doutoras-médicas” (A VERDADE POLÍTICA, 31/01/1889). Esquirol aparecia em anedota que concluía pela impossibilidade de um único remédio ser capaz de proporcionar todas as curas (O RESISTENTE, 10/12/1896). Lombroso, vulto “universalmente conhecido”, grande cérebro da psiquiatria (O REPÓRTER, 24/10/1909). Morel era citado para dar subsídio aos redatores da *Nota* no quadro apresentado sobre a degeneração geracional causada pelo álcool, do vício até a extinção da raça (A NOTA, 27/03/1918). O saber popular e o saber psiquiátrico eram, desse modo, empregados para discorrer-se sobre a loucura. Já o tratamento dado ao louco perpassava variáveis nem sempre assentadas no conhecimento especializado e no modelo asilar, muito embora fossem reconhecidos como os mais adequados. Projeto de efetivação de um saber médico, limitado pela predominância do elemento leigo em São João, por dificuldades de ordem material, com todos os senões decorrentes e correlatos.

Como a miserável Adelaide, Alfredo era outro que atormentava o sossego das famílias com palavras obscenas. Posto na Cadeia, conseguiu fugir. Sendo “furioso”, o *Dia* pedia que todos ficassem prevenidos para que não ocorresse alguma “agressão inconsciente” desse “infeliz louco” (O DIA, 27/02/1913). Há aqui um reconhecimento do louco enquanto pessoa potencialmente perigosa, a arriscar a segurança das pessoas e por isso objeto de intervenção do saber psiquiátrico. Alfredo, sendo louco, não deveria estar preso. O periódico pedia que fosse remetido para Barbacena. Afinal, “a cadeia não é lugar de doidos” (O DIA, 20/01/1913). De modo que havia o consenso, dentro das elites letradas sanjoanenses e de parcelas da população local, que não bastava a mera exclusão do louco – seu destino era o Hospício, local ideal para o tratamento de sua moléstia específica.

A reação contra a presença de loucos na cadeia, tema constante nesse final do Oitocentos e início do novo século, é uma demonstração contundente do reconhecimento do saber psiquiátrico como o mais adequado para o trato desse tipo de gente. A *Verdade Política*, em 1889, denunciava o boato de que os “alienados” recolhidos ao Hospício da Santa Casa eram enviados à cadeia, procedimento que considerava “bárbaro”, verdadeiro “suplício” (A VERDADE POLÍTICA, 15/02/1889). Indignação semelhante teria o *Repórter* anos depois, que reclamava da presença de dois loucos na Cadeia em face da superlotação do Manicômio de Barbacena e da incapacidade da Santa Casa de recebê-los, em espetáculo que desabonaria “os foros de cidade civilizada” de São João. No lugar do cárcere, precisavam de “conforto, de carinho”. Pior ainda seria o fato de serem apreciados pelos frequentadores do Mercado Municipal como “uma fera recolhida numa jaula” (O REPÓRTER, 22/02/1912). O Código de Posturas de 1887 colocava os loucos no mesmo título que dispunha sobre a presença de imundícies e animais na cidade: o último artigo, o 139, somente prescrevia que aqueles que possuíssem loucos em casa deveriam tê-los em segurança e evitar que vagassem pelas ruas, sob pena de multa de 10\$000, fora os prejuízos causados (SÃO JOÃO D’EL-REY, 1887). Não havendo maiores esclarecimentos, é provável que as autoridades dispusessem dessa gente conforme julgassem o mais adequado.

São João del-Rei contava com o Hospício da Santa Casa. Até a criação do Manicômio de Barbacena, era o principal local de recolhimento de loucos em Minas. D. Pedro II, em passagem por São João para a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881, assinalou que dos 76 enfermos internados, 30 eram loucos, colocados numa parte distinta do edifício, sendo “o único asilo para loucos da província” (D. PEDRO II *apud* ALVARENGA, 2009, p. 143).

Relatório do estabelecimento referente a 1887-1888 destacava que esses “infelizes” eram “as mais das vezes abandonados das próprias famílias” (A VERDADE POLÍTICA, 04/10/1888). Severiano de Resende, redator do *Arauto de Minas* e deputado provincial, em discurso proferido em 1886 informava que havia 48 alienados “em tratamento constante” para 23 cômodos. Sendo naquele momento o único estabelecimento do gênero em Minas, alguns loucos, trazidos de muito longe, não encontrando lugar no Hospício, abandonados nas ruas pelos condutores, “com grave perigo para a população” (ARAUTO DE MINAS, 01/06/1886).

A Santa Casa já abrigava loucos muito provavelmente antes da década de 1850, porque os “Apontamentos” feitos por José Antônio Rodrigues, publicados em 1859, informam que na Misericórdia havia “acomodações para alienados e morféticos”, o que mostra que a visão do louco como doente que deveria ser isolado, expresso no uso do termo “alienado”, já existia em São João na metade do século XIX, ainda que esse isolamento não ocorresse através de um tratamento ancorado no saber psiquiátrico, como mostrarei a seguir. Segundo o mesmo Rodrigues, existia ainda um Hospício dos Irmãos da Terra Santa, administrado por dois religiosos e situado num edifício de “modesta aparência” na Praça de São Francisco. Este estabelecimento deve ter desaparecido em algum momento da segunda metade do Oitocentos, pois não mais é citado nas fontes. Assim, ainda que na Santa Casa houvesse dois médicos e um cirurgião para 240 enfermos assistidos anualmente (RODRIGUES, 1859), o trato dos loucos perpassava muito mais a caridade de ordem religiosa, a assistência, do que um tratamento de cunho medicalizado (CUNHA, 1989).

O Hospício da Santa Casa manteve sua importância durante os primeiros anos do período republicano. Em 1893 foi aprovado que o governo do Estado despendesse um auxílio de 80\$000.000 réis em partes iguais para o Hospício de Alienados de São João e Diamantina. Foi ainda estabelecida uma anuidade de 15\$000.000 com a condição de serem neles tratados de 10 a 50 alienados, por indicação do Estado (A PÁTRIA MINEIRA, 25/05/1893). Mas não deixava de haver problemas. O Hospício vivia cheio, a ponto de despachar loucos que não podia abrigar: em 1890 apareceu na cidade “uma pobre mulher em completa alienação”, pois andava atirando pedras e “em circunstâncias ofensivas a moral”. Apesar da ação das autoridades, não teve entrada na Santa Casa, continuando a vagar pelas ruas. Segundo a *Pátria Mineira*, a resposta do provedor foi que “mandasse levá-la para o lugar donde veio” (A PÁTRIA MINEIRA, 20/02/1890). Além disso, os enfermos eram vítimas de maus tratos: o *Combate*, folha dos apoiadores do então Agente Executivo Municipal J. D. Leite de Castro, criticava, em 1900, o sofrimento dos “pobres loucos”, como o Padre Teófilo Claudino

dos Santos, nu, amarrado em correntes, “em estado deplorável”. Em situação análoga estava Horácio Drumond, “infeliz” chefe de trem. Pedia melhorias na “sorte desses desventurados” (O COMBATE, 14/10/1900). Isso mesmo quando havia um “médico alienista”, o sanjoanense Balbino da Cunha, proficiente na “especialidade” (O COMBATE, 20/10/1900). Ainda que o *Combate* apontasse ser movido unicamente pela caridade, não podemos deixar de ter em mente que Carlos Sanzio, opositorista e redator do *Resistente* havia sido eleito mordomo da Santa Casa nesse ano, de modo a crítica às condições do estabelecimento inscreviam-se nas disputas políticas que varreram São João à época (VARGAS, 2021). É digno de nota que no *Resistente* fossem destacados “a boa ordem, asseio e regularidade” da instituição, avaliação que ia em sentido oposto daquela feita pelo *Combate* (O RESISTENTE, 05/07/1900).

Como disse, a fundação do Manicômio de Barbacena em 1903, pautado nos princípios então vigentes da psiquiatria, veio substituir a Hospício da Santa Casa de São João del-Rei, calcado na caridade e isolamento, como principal instituição do gênero em Minas. Como indicam as fontes, a Misericórdia de São João contava, em 1910, com 88 loucos, posteriormente remetidos para Barbacena (DUARTE, 1996). Todavia, a sorte daqueles da Santa Casa não evoluiu. As condições higiênicas eram ruins (O REPÓRTER, 03/09/1911). Em 1911 o *Repórter* denunciava que ele era uma “vergonha para a nossa civilização”. Antônio Viegas, ex-interno do H.N.A. e “especialista no assunto”, atestara que lá “não existiam os elementos essenciais para uma vida sã, quanto mais para organismos, cujo equilíbrio está completamente alterado”. “Coitados” que viviam “atirados” num quarto semelhante a uma prisão, apartado do convívio dos companheiros, “quando modernamente não é assim que procedemos”. O texto seguia enumerando alguns métodos terapêuticos então aceitos: educação para a convivência, jogos de bilhar, leitura de romances e obras científicas (O REPÓRTER, 10/12/1911). Assim, o redator acreditava que a reforma do Hospício Santa Casa traria melhor ventura aos enfermos. Se seu discurso amparava-se nas teorias científicas, o que vemos inclusive na sugestão de criação de uma casa exclusiva para epiléticos, “membros gangrenados do organismo social” a serem “amputados pela seleção artificial” (O REPÓRTER, 09/10/1910), se reconhecia a loucura como doença de fundo orgânico (CUNHA, 1989), se apontava para tratamentos considerados modernos e humanos, a situação dos loucos na Santa Casa denota que no cotidiano da instituição esse influxo de ideias ainda não se implementara. O local continuava com alta lotação, indicada, por exemplo, no encarceramento de loucos na cadeia, o que tornou-se mais visível nesse meio tempo em que a Misericórdia esteve em obras, ao que aliava-se a “superlotação” do Manicômio de

Barbacena, fazendo fracassar qualquer tentativa das autoridades de lá internar os doentes (O REPÓRTER, 22/02/1912). Ou então pela situação de loucos presos em suas próprias casas. “Espetáculo arrepiante”, o *Minas-Jornal* informava de um louco “em cárcere particular” no fim do Tejuco, em completa nudez, pedindo providências do delegado (MINAS-JORNAL, 15/06/1918). E embora nesse fim da década de 1910 a Santa Casa de Misericórdia tenha colocado a seção de “Clínica Psiquiátrica” como parte da nova divisão de serviços (ALVARENGA, 2009, p. 225), havia a opinião de que o hospital, “apesar de ser modelar nas instalações, não possui lugares apropriados para os desafortunados lunáticos que lá se acham”, como expressava o Dr. Antônio Austragésilo em carta ao Diretor da Assistência de Alienados de Barbacena, Dr. Joaquim Dutra, pedindo a intervenção deste juntos aos poderes públicos no sentido de que os alienados de São João recebessem “mais misericordiosa assistência” (MINAS-JORNAL, 10/07/1918).

E os tipos de rua, onde figuravam nessa equação do trato dos loucos em São João del-Rei? “Drap” é assertivo sobre seu destino ideal: esse ridículo só poderia ser evitado pelo “meio eficaz” que seria o seu “recolhimento”. Sendo termo vago e vagas igualmente as disposições das posturas acerca da presença de loucos em São João, não sabemos se trata-se da cadeia ou do hospício (A OPINIÃO, 14/03/1908). De qualquer modo, os tipos populares ainda eram caso de polícia. Olhando as ocorrências policiais registradas pelos periódicos vemos o seguinte, por exemplo: Belarmina de Jesus, a “Baú”, fora chamada e notificada na delegacia por provocar distúrbios e insultar vizinhos na rua General Osório (O REPÓRTER, 08/03/1909). Outra “Baú”, Maria da Conceição, “conhecida vagabunda e desordeira” fora recolhida à Cadeia por provocar desordens e faltar com respeito à moral (O REPÓRTER, 12/04/1909). Anos depois, uma Maria Baú (a mesma Maria da Conceição?) fora presa por embriaguez na rua Moreira César (A REFORMA, 02/05/1914). Ora, sabemos pela *Opinião* e pela *Verdade* da existência de uma mulher com o apelido de “Baú” e notório tipo popular sanjoanense. Qualquer delas que seja a tal “Baú”, tiveram sua conduta enquadrada pelas autoridades como questão policial, não sendo levantada a opção de enviá-la a algum hospício. Semelhante conduta tiveram com a Urucubaca, repreendida por conta de suas “pândegas”, não atinando-se para um tipo de solução diferente, de ordem médica e psiquiátrica (A NOTA, 19/05/1917). O *Minas-Jornal* pedia providências contra “alguns tipos e tipas de rua” que berravam palavras indecorosas, indo contra o “grau de civilização da nossa cidade”. É significativo que a instituição a que o texto direcionava-se seja a polícia e que o manicômio não fosse uma alternativa sugerida ou ao menos explicitada (MINAS-JORNAL, 30/11/1918).

Mas quando da ineficácia do “recolhimento”, segue “Drap”, havia um outro meio empregado no trato dos tipos de rua: a “exportação”. Utilizando-se de uma “frase pitoresca”, essas “preciosidades” eram enviadas para outros centros, onde pudessem ser acolhidos em “asilos especiais”, principalmente no Rio, lugar em que caso não se portassem com “o decoro que exige a polícia”, eram “intimados logo à requisição da autoridade competente”. Despachar um desses “pobres homens” para cidades próximas, onde as pessoas sabiam a sua origem e onde não teriam meios de impedir a perturbação da ordem por esses “desequilibrados”, seria o mesmo que “mandá-los passear por algum tempo, desejando-lhes breve regresso”. Assim foi com o Piloto, que voltou. Assim foi com o Barbela, impedido de embarcar na estação, mostra do desagrado que a medida trazia em parcelas da população, que tinham alguma simpatia com seus tipos de rua. E como não se podia “libertar” São João desses “pobres-diabos”, inconvenientes somente quando bulidos, “Drap” sugeria que a polícia investisse não contra eles, mas contra a garotada que provocava-os, o “insuportável” moleque sanjoanense, a quem caberia algumas horas no xadrez (A OPINIÃO, 14/03/1908). Quando a *Opinião* dizia que o Sebastião e o Piloto não figuravam mais no “número dos... habitantes de S. João del-Rei”, dando “até breve!” a um e “boa viagem!” a outro, o que temos é um desses episódios de exportação (A OPINIÃO, 14/08/1907). O Piloto voltou. O Sebastião não. É de crer-se que havia um verdadeiro intercâmbio de loucos na região. Em 1894 militares e paisanos de Juiz de Fora haviam sido presos por conta de desordens que estavam provocando em São João. Logo averiguou-se que vieram à cidade com o fim de abandonar o louco nas ruas, sendo este encontrado dias depois pedindo pão “pelo amor de Deus” na Estação (A PÁTRIA MINEIRA, 18/01/1894). Se posso explicar a situação nesse final do século XIX pelo fato de o Hospício da Santa Casa de São João ser o único de Minas no gênero, motivando que as pessoas lá deixassem os seus loucos inconvenientes, a prática se manteve, cada localidade enviando para as vizinhas os elementos que perturbavam a ordem das ruas, meio relativamente mais fácil criado em alternativa face às dificuldades de enviar-se loucos aos estabelecimentos para alienados.

Havia, em resumo, formas de sensibilidade diversas no trato dos loucos. Nesse universo majoritariamente leigo e pautado pelo senso comum, embora houvesse ascendido a figura do “doente mental” e o louco fosse reconhecido como potencialmente perigoso e passível de intervenção do saber-poder psiquiátrico, sendo possível e requerido o tratamento e eventual cura por métodos científicos, a opção de enviá-los para estabelecimentos apropriados era limitada por dificuldades burocráticas e pela lotação das instituições. De modo que esse



destino era reservado prioritariamente a loucos reconhecidamente furiosos ou que atentassem contra a moral das famílias e sem que nenhum método fosse capaz de contê-los. No mais das vezes as atitudes assumidas em relação à loucura perpassavam variáveis não necessariamente medicalizadas, determinadas por contingências de ordem cultural ou material: o encarceramento, a “exportação”, e mesmo uma relação mais ou menos tolerante, a ponto de populares empenharem-se em reter o louco na cidade ou ainda de estarem presentes em seu sepultamento.

### **Esquadrinhar a cidade, enquadrar na norma**

Essa postura ambígua no tratamento dispensado aos tipos de rua, mesmo que não resvalasse necessariamente na internação asilar e em outras alternativas medicalizadas, expressas, por exemplo, na “exportação” dos loucos, denota uma mudança na relação com essas categorias do universo do não-trabalho. Discussão que pode ser iniciada a partir de alguns exemplos. Assim, voltemos a José Munguengue, personagem da infância de Severiano de Resende. Era José Rufino de Faria Lobato Carlos Tolentino e Castro. O nome fidalgo chamou a atenção de Pedro I, em passagem por São João, em 1830. Indagado, José Rufino explicou ser cativo e filho de escrava. Seu pai, esquecido da triste situação do rebento, era sujeito de posses, com cargo na Corte. O monarca, entre comovido e indignado, providenciara a alforria. Já liberto, José Munguengue percorria as ruas com roupas muito características, pedindo esmolas para os defuntos. Daí o apelido de Zé das Almas. Quando parava em negócios alegrava a freguesia com causos. Apesar do gênio calmo, caso chamado de José Munguengue, especialmente pela garotada, ficava possesso, soltando vários palavrões. Munguengue, explicava Resende, queria dizer “mole, cabendo-lhe a alcunha por ter se saído covardemente em certo combate no qual se empenharam em favor do deus Cupido”. Uma sociedade de amadores chegou a levar ao teatro uma comédia sobre ele, que contou com a presença do próprio, muito bem recebida. Morava na travessa da Cruz e vivia do ofício de sapateiro, embora não fosse lá muito bom. Sem as esmolas e a pilhagem de comida passaria fome. Aos oitenta anos o José Munguengue casou-se com Siá Maria da Assunção, que a partir daí ficou conhecida como Maria Munguengue ou Maria das Almas. Teve uma síncope cerebral no dia do enlace, mas, acudido por médicos amigos, logo recuperou-se. Arrotava virilidade e saúde, atribuída a um remédio de seu uso, o “Suadeiro do Zé Munguengue”. Viveu muitos anos ao lado da companheira, como “interessante par de galhetas velhas”, indo sempre às missas da Matriz, sempre vestidos com roupas peculiares

(O REPÓRTER, 28/07/1912; 01/08/1912; 04/08/1912). Atravessemos agora algumas décadas. Em 1897, “Tom-Zé”, cronista do *Resistente*, reproduzia texto da *Folha* de Barbacena criticando “certo uso ou costume que também é nosso”: a prática de se dar esmola para homens vestidos de opa “as almas, para o santíssimo, etc!”. Argumentava que tratavam-se de exploradores da fé e da religião do povo barbacenense e que deviam ser devidamente registrados pela polícia e, na falta de autorização, passar “24 horas gratuitamente no hotel dos vagabundos” – a cadeia (O RESISTENTE, 03/06/1897). Não posso deixar de lembrar de Totonho, personagem de “Jacques Saint”, enxovalhado por respeitável cavalheiro (“Vá p’ra o diabo!”) ao ver quebrada o silêncio da casa com os pedidos de “esmola p’ras almas” desse “tipo que dói na sensibilidade”. (MINAS-JORNAL, 21/12/1918).

Algo mudou entre o Munguengue e o Totonho. Uma nova relação com a pobreza instalou-se, a ponto da própria presença dessas personagens nas ruas ser motivo de ação policial. A “mendigagem na via pública” constituiria um “costume deprimente para os foros de um povo civilizado” e, portanto, coisa a ser extirpada (O REPÓRTER, 01/10/1911). “Civilização” era a palavra de ordem das elites brasileiras de fins do século XIX e início do XX, em companhia de outro substantivo poderoso, “progresso”. Assentada na apropriação de temas do ideário burguês da Europa e dos EUA, os grupos dominantes, além da remodelação do espaço urbano brasileiro, promoveram a condenação de tudo o que recendia a cultura popular. A cidade, sob uma ótica funcionalista, seria espaço do consumo e do trabalho (PECHMAN, 1994, p. 32-33). Nesse processo de ordenamento da cidade, as elites brasileiras, ancoradas num médico-higienista, se voltaram para a presença de pobres e de todos os elementos desviantes, todos aqueles identificados com o universo do não-trabalho. Importava adequar esses sujeitos, nesse Brasil que emergia da Abolição, com uma concepção burguesa de trabalho e família, bases dessa sociedade que queria-se assentada nos pressupostos de um capitalismo emergente. (CHALHOUB, 2012; RAGO, 1987). Por isso, era fundamental conhecer e esquadrinhar a população da cidade, “definindo lugares e destinos para cada categoria, estabelecendo disciplinas e rotinas, criando regras capazes de transformar a multidão disforme e ameaçadora em um laborioso e pacificado formigueiro humano” (CUNHA, 1986, p. 40).

Esse discurso em São João del-Rei assumia um fundo ideológico particular. Cidade cuja população, no período, variou entre 10.911 pessoas em 1872 (PIMENTEL, 1905), e 14.603 em 1918 (A REFORMA, 24/01/1918); lugar no qual as atividades urbanas tinham grande peso, entreposto comercial destacado no Império, sofreu uma retração econômica durante a segunda metade do século XIX, suavizada com a criação da Oeste de Minas, em 1881, e com

a chegada de contingentes de imigrantes, principalmente italianos, e de outros grupos de trabalhadores, bem como da implementação de fábricas e indústrias (GRAÇA FILHO, 2002). Mas ao longo do Novecentos, algo parecia mudar. O Município perdeu sua relevância política estadual. Seus chefes políticos, nas primeiras décadas do século XX, gravitavam na órbita de influência de um dos próceres do P.R.M., o lavrense Francisco Sales (COSTA, 2000). Os periódicos locais já notavam esse reordenamento da centralidade política e econômica sanjoanense. Se num primeiro momento a Oeste, criada com capital local, representou um alívio para a localidade, a natural expansão de seus trilhos foi objeto de apreensão. A *Opinião*, por exemplo, diante de projetos de transformações de trechos da ferrovia, temia a diminuição do número de transações na praça, “que hoje não é o que foi em tempos anteriores” (A OPINIÃO, 22/02/1908). A *Tribuna*, em 1920, nesse momento ligada a facção rival do salismo dentro do P.R.M., a Arthur Bernardes e a Raul Soares, via na vassalagem política de São João ao lavrense a causa da perda de relevância do Município no mosaico mineiro, com consequências inclusive econômicas. Pior ainda seria a transferência dos escritórios da Oeste, “baluarte da prosperidade” local para Belo Horizonte (A TRIBUNA, 08/02/1920).

Tal diagnóstico de perda de centralidade política e econômica de São João ia, na visão dos periódicos locais, contra as imagens que as elites letradas sanjoanenses criaram sobre a cidade e seus moradores. De cidade tradicional, importante na história mineira (A TRIBUNA, 16/08/1914), de gente ordeira, pacífica, civilizada (O COMBATE, 28/05/1902). Se os melhoramentos, por um lado, poderiam responder às demandas econômicas, no sentido de manter os foros de cidade atenta à marcha do progresso, as intervenções no campo social, por sua vez, se legitimavam pelo emprego discursivo dessas mesmas representações: sendo uma cidade civilizada, São João deveria enquadrar seus habitantes no que considerava-se como parte de um universo civilizado, de sorte que a normatização da vida dos habitantes, calcado em pressupostos construídos por suas elites letradas, naturalmente levaria à manutenção de tais representações. Ou seja, transformar essa visão da elite sanjoanense em algo hegemônico no corpo de moradores. O *Resistente*, por exemplo, era dessa opinião: o braço da lei deveria incidir na moralização dos costumes, contra a vadiagem de homens e mulheres, contra o jogo, contra a malcriação dos meninos nas ruas, a bem, dentre outras coisas, “da boa reputação de nosso adiantamento e civilização” (O RESISTENTE, 17/03/1898).

E, como não podia deixar de ser, o controle sobre a vida e presença de pobres e mendigos se inseria nesse projeto maior de normatização da existência

dos habitantes da cidade. Costa nota que pela maior parte da década de 1900 o tema passou batido pelos periódicos locais, surgindo com força a partir de 1908, numa intensa campanha contra a mendicância (COSTA, 2000). Particularmente degradante, no parecer da *Opinião*, seria o espetáculo que se via todo sábado em São João, o “desfile interminável” de mendigos a esmolar, “maltrapilhos e seminus”, deixando por onde passavam um fedor de “unguentos e sujidades”. Citando o exemplo de Barbacena, pedia que “moços” da terra fundassem uma associação que socorresse a pobreza, cerceando a mendicância, esta reservada somente àqueles que realmente seriam “merecedores” dos vinténs do povo sanjoanense. Ao invés das esmolas serem distribuídas nos sábados, correriam diretamente para a associação (A OPINIÃO, 17/06/1908). Uma tentativa, dessa forma, de conciliar a ideologia do trabalho à tradição de caridade cristã, comum às cidades mineiras do período (GOODWIN JUNIOR, 2015). Havia mesmo quem acreditasse que nem a “falta das pernas, de um braço, ou mesmo da própria vista” seria justificativa plausível para a mendicância, como o protestante José Orton, que tomava o exemplo de um “entrevado das pernas”, morador do Carmo, que sustentava a família com o suor de seu trabalho. Os sanjoanenses pagariam com seu “excesso de sentimento” caritativo em esmolas, que no sábado fluiriam para o jogo do bicho (O REPÓRTER, 27/09/1908).

A Câmara Municipal, nesse ano de 1908, fez parte do debate acerca da mendicância e tratou de aprovar um “regulamento em relação aos mendigos”. Mendigo seria todo aquele que por incapacidade de ganhar a vida pelo trabalho, sem meios de fortuna, nem família que o acudisse, se visse obrigado a esmolar. Deveria se inscrever num livro, de forma livre ou compulsória, após exame médico da autoridade policial que atestasse sua incapacidade. Agiria contra aqueles que não se enquadrassem nos termos, contra os forasteiros e os menores de 21 anos, deportados uns, enviados aos responsáveis os outros. Placa, bilhete e documentos deveriam identificar o mendigo, que só poderia esmolar em lugar determinado. Os efeitos do registro de inscrição terminavam assim que a cidade possuísse um asilo. (O REPÓRTER, 02/08/1908). Apesar da resistência de alguns, que tomaram a medida como “draconiana”, outros encaparam a iniciativa, chegando mesmo a formar-se uma sociedade cujo fim seria a criação de um “Asilo de Mendicância e da Velhice Desamparada” (O REPÓRTER, 06/08/1908; 24/09/1908).

O projeto do asilo não logrou êxito, mas a campanha contra a mendicância continuou. Artigos contra a mendicância seriam comuns a partir de então, denotando uma mudança de sensibilidade em relação à pobreza. O contato direto com os miseráveis não mais seria visto como algo digno e caridoso – cabia

a intermediação de um estabelecimento responsável por cuidar desses sujeitos, presos uns, excluídos outros. Pobreza e perigo seriam então quase sinônimos e o dar a esmola, padrão paternalista e de laços clientelistas entre grupos dominantes e dominados, desencorajado. E nesse processo era fundamental a ação da autoridade policial. O delegado especial, capitão João Lima, procedeu à iniciativa de numerar os mendigos, catados na rua à medida que fossem encontrados esmolando. Dos 68 mendigos levados, só 32 foram considerados inválidos. Essa ação deveria ser secundada pela criação do Asilo, como o próprio Lima ressaltava. (O REPÓRTER, 22/05/1910). Novas medidas visavam restringir ainda mais o campo de ação dos mendigos. Teriam dia e lugar marcados para esmolarem, “a bem do decoro público” (O REPÓRTER, 23/02/1911). O que não deixou de suscitar críticas: Guilherme Milward, médico recém-formado, iniciou calorosa polêmica nas páginas do *Repórter*, após colocar-se contra a prática de numeração dos mendigos, considerada por ele “anti-humanitária, deprimente e vexatória” (O REPÓRTER, 28/09/1911).

A União Popular, agremiação católica fundada sob os princípios da doutrina social da Igreja de Roma e em São João liderada pelo franciscano holandês Cândido Wroomans, entrou na questão da mendicidade, procurando um bom termo para o problema. O “estigma infamante da placa numerada” teria seu fim com a retirada dos mendigos das ruas com os empreendimentos da associação, que contaria com o apoio da sociedade local (O REPÓRTER, 29/10/1911). Faltava em São João o “albergue para pobres”, situação mais reprovável do que as chapas de metal numeradas, dizia Tancredo Braga. As 12 mil almas católicas sanjoanenses deveriam acorrer à iniciativa, para que desse modo tivesse fim o “espetáculo doloroso e lamentável” dos sábados (O REPÓRTER, 02/11/1911). Finalmente, no ano seguinte, após acordos entre a União Popular, o Comércio e a Câmara Municipal, em transição do governo de Leite de Castro para o de Odilon de Andrade, foi escolhida uma chácara nos arredores da cidade para a colocação do Albergue de Santo Antônio. Em troca da subvenção municipal, os franciscanos ficavam encarregados de recolher os mendigos remetidos pela Edilidade (COSTA, 2000). “S. João civiliza-se” era a conclusão de Braga. Numa população “tradicionalmente católica”, a medida só poderia mesmo ter boa acolhida (O REPÓRTER, 04/01/1912). Feliz seria o pobre de São João del-Rei, “porque quando adocece tem o tratamento de gente rica” dada a presença de inúmeras instituições caritativas (O DIA, 24/02/1913). O que não quer dizer que os dois grupos devessem manter-se próximos: não é por acaso que o Asilo situava-se longe do centro, nos arredores da cidade. Embora a Câmara tivesse o direito de “mandar internar ali os mendigos que vagarem pelas ruas da cida-

de”, conforme escrevia o próprio Frei Cândido, a Diretoria da União Popular se resguardava em “não aceitar mendigos que sejam pessoas inconvenientes, desordeiras e incorrigíveis”, podendo expulsar quem caísse nessas faltas (SÃO JOÃO D’EL REI, s.d., f. 56) Regido sobre os princípios da doutrina social católica, o Asilo também encampava a ideia da civilização pelo trabalho – tinha oficina para conserto de máquinas de costura, encarregando-se também de empalhamento de cadeiras, fabrico de cigarros de palha e de papel e de sabão virgem. Toda a renda era destinada para a manutenção do Albergue (O REPÓRTER, 24/10/1912).

Apesar da ação das autoridades e dos esforços de parcelas da sociedade local em reter os pobres e mendigos no Asilo, aqueles sobre quem recaía esse empenho nem sempre aceitavam de bom grado a situação. Ao elogio da criação do Albergue seguiu-se as lamentações pela subversão de seus propósitos. Optando pela liberdade de movimentação, muitos mendigos, quando instados a se recolherem, “se irritam e passam descomposturas, usando de termos acres e indecentes”. Preferiam passar a noite no relento, “sofrendo as intempéries do tempo” (O DIA, 16/06/1913). O *Dia* deplorava a opinião de que o Albergue tolhia a liberdade de mendigar. Mal nascera e já se anunciava a sua “decadência”, atribuída à inércia da Polícia e da Municipalidade (O DIA, 23/07/1913). Além disso, “a maioria desses que pedem esmola por aí, ou melhor a quase totalidade deles”, recusavam-se a serem tomados por mendigos: “querem ser chamados *pobres*” (A REFORMA, 13/07/1916). Daí a recorrência dos pedidos para não destinar-se esmolas aos que estavam nas ruas, dando o dinheiro diretamente ao Albergue (A REFORMA, 27/07/1916) e a reafirmação de disposições das autoridades impedindo a presença de mendigos pela cidade (A TRIBUNA, 17/04/1921).

Assim, as elites letradas locais faziam coro às iniciativas de enquadrar seus pobres, recorrendo às imagens e discursos caros a essa gente – a civilização, a cultura, a ordem e a religiosidade inatas do sanjoanense. Do que resultaria a exclusão dos incapacitados, o disciplinamento dos aptos, a expulsão dos incômodos. Todavia, o processo de normatização da conduta de grupos pobres no espaço urbano sanjoanense encontrava seus limites na reação desses mesmos indivíduos, na sua recusa em terem a liberdade de dispor de suas vidas e de sua movimentação suprimidas, na reafirmação do direito de esmolar pelas ruas. Certo é que o recolhimento ao Asilo também era estratégia válida encontrada por alguns, que julgavam-se incapazes de dar conta da vida de outro modo: “Muito satisfeita, *Nhonhô*”, garantia uma mulher albergada aos redatores do *Minas-Jornal* que indagaram-na sobre o estabelecimento (MINAS-JORNAL, 21/08/1918). Mas nem sempre esse era o padrão. Recorriam às relações tra-

dicionais de tratamento aos pobres contra essa outra, nova, que visava seu enquadramento sob os preceitos da disciplina e do trabalho. Tipo de relação reconhecida também por outras parcelas da população local, que questionavam essa exclusão dos mendigos, que esforçavam-se para que os indivíduos marginalizados e de alguma forma sustentados pela caridade, como os tipos de rua, não fossem despachados da cidade.

## Conclusão

Procurei aqui discutir o cotidiano da loucura em São João del-Rei a partir da relação entre loucos e não-loucos encetada pela presença dos chamados “tipos de rua” na cidade, entre o fim do Oitocentos e as primeiras décadas do Novecentos. Sujeitos geralmente loucos, eram figuras intimamente ligadas ao universo urbano. Com o desenvolvimento e promoção do saber médico-psiquiátrico, esses indivíduos tornaram-se objeto de apreensão e intervenção de médicos e autoridades na medida em que loucura passou a ser associada com perigo e distúrbio da ordem. Seu destino certo seria a internação em espaços especializados, ou, quando isso não fosse possível, sua retirada das ruas pelos meios que estivessem à disposição das autoridades. O problema com essas figuras inseria-se num processo maior de normatização da vida dos habitantes da cidade, em sintonia com os anseios das elites brasileiras de um modo geral. A imprensa assumia aí papel fundamental, tentando incutir no público um padrão de lugar que correspondesse a cada sujeito. O que tinha por consequência a urgência de uma reconstrução da relação que a população local deveria ter com seus loucos, a partir da promoção de imagens de perigo e de estranhamento.

A reação daqueles que seriam objeto desse intento, bem como de parcelas da população local, pode encaminhar-nos para dois pontos não pouco relevantes: a análise da relação da cidade com seus loucos deve abarcar também o mundo fora do universo asilar, compreendendo, se as fontes assim o permitem (como as nossas permitiram), as possibilidades de inserção e permanência dentro da comunidade; o processo de medicalização da loucura e enquadramento dos loucos é mais longo do que supomos, obedecendo às especificidades de cada localidade, o que, em última instância, determinava a própria maneira de como lidava-se na prática com essa categoria de pessoas. São João, aliás, continuou a ter e simpatizar de alguma forma com seus tipos de rua, isso em um período posterior a nosso recorte. É Sebastião Cintra (1982, p. 469) que nos fala de Sinfrônia de Tal, a Muda, falecida em 1944 e “figura exótica, inofensiva, estimada e profundamente popular”.

## **Fontes periódicas**

**O Arauto de Minas**, São João del-Rei (1886)

**O Combate**, São João del-Rei (1900-1902)

**O Dia**, São João del-Rei (1912-1913)

**Gazeta Mineira**, São João del-Rei (1891-1892)

**Minas-Jornal**, São João del-Rei (1918-1919)

**A Nota**, São João del-Rei (1917-1918)

**A Opinião**, São João del-Rei (1907-1912)

**A Pátria Mineira**, São João del-Rei (1890-1894)

**A Reforma**, São João del-Rei (1914-1918)

**O Repórter**, São João del-Rei (1907-1912)

**O Resistente**, São João del-Rei (1896-1900)

**A Tribuna**, São João del-Rei (1914-1924)

**A Verdade**, São João del-Rei (1914)

**A Verdade Política**, São João del-Rei (1888-1899)

**O Zuavo**, São João del-Rei (1915)

## **REFERÊNCIAS**

ALVARENGA, L. de M. **História da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 2009.

ANJOS, C. dos. **A menina do sobrado**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 1994.



BRASIL. MINISTÉRIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://bit.ly/3z38BYs>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CINTRA, S. **Efemérides de São João del-Rei**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. 1-2.

COSTA, A. J. G. **Frades na cidade de papel: a ação social católica em São João Del Rei: 1905-1925**. 2000. 302p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1588353>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CUNHA, M. C. P. **Cidadelas da ordem: a doença mental na República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

DUARTE, M. N. **Ares e luzes para mentes obscuras: o Hospital Colônia de Barbacena: 1922-1946**. 1996. xi, 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

FOURQUET, F.; MURARD, L. **Los equipamientos del poder: ciudades, territorios y equipamientos colectivos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1978.

GOODWIN JUNIOR, J. W. **Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz Fora (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GRAÇA FILHO, A. de A. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GUERRA, A. **Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei (1717-1967)**. Juiz de Fora: Esdeva, 1967.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

- MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MORLEY, H. **Minha vida de menina.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- ORTIZ, R. **Cultura e modernidade:** a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PECHMAN, R. M. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. *In*: BRESCIANI, S. (org.). **Imagens da cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994. p. 29-34.
- PIMENTEL, A. P. C. Chorographia Mineira (Município de S. João d’El-Rei). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 10, v. 1, p. 3-21, 1905.
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz & Terra, 1987.
- RAMA, A. **A cidade das letras.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- RESENDE, A. de L. **Memórias 2:** da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, 1972.
- RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas:** crônicas. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- RODRIGUES, J. A. **Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Município da Cidade de São João del-Rei. Província de Minas Geraes, oferecidos ao Ilustrissimo Senr. Commendador Antônio Simões de Sousa.** São João del-Rei: Typografia de José Antônio Rodrigues, 1859.
- SÃO JOÃO D’EL REI. **Código de posturas e regimento interno da Camara Municipal de S. João d’El-Rey.** Ouro Preto: Typografia da “Província de Minas”, 1887.
- WROOMANS, Cândido. **Caderno arquivo da União Popular de São João del-Rei pelo frei Cândido Wroomans.** São João del-Rei: [s. n.], s.d.. Manuscrito.
- SOSA, D. A. C. Imprensa e história. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, p. 109-205, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>. Acesso em: 11. set. 2021.
- VARGAS, A. M. S. Os livros do Xanxas: imprensa, política e circulação de literatura pornográfica em São João del-Rei (1889-1901). **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 395-438, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/112996>. Acesso em: 07. out. 2021.

**Recebido em:** 04 de outubro de 2021

**Aprovado em:** 21 de junho de 2022